



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Comunicação e Expressão

Departamento de Jornalismo

Relatório final de trabalho de conclusão de curso

Grande reportagem em texto

Título: Educação que não cai na prova

Autores: Claudia Mebs Nunes e Diego Cardoso

Impressão: Gráfica Duplic

Florianópolis

Junho de 2012

Claudia Mebs Nunes

Diego Cardoso

Educação que não cai na prova

Trabalho de conclusão de curso elaborado
para obtenção do título de bacharel em
Jornalismo na Universidade Federal de
Santa Catarina

Orientador: Professor Luiz Alberto Scotto
de Almeida

Florianópolis

Junho de 2012

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Processo de produção.....	5
a. Apuração.....	5
b. Texto.....	12
3. Avaliação.....	12
4. Referências bibliográficas.....	14

1. Introdução

A educação básica em Santa Catarina é considerada, desde 2007, uma das melhores do Brasil, segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado de Educação (Santa Catarina, [2009]). O estado alcançou, em 2009, o segundo lugar entre as turmas das séries finais do ensino fundamental (de 5º ao 9º ano), no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador educacional criado em 2007 para medir a qualidade de ensino de escolas municipais, estaduais e particulares do Brasil.

Ainda que o último resultado do Ideb em Santa Catarina indique o segundo lugar no ranking, há uma diferença entre o desempenho de escolas públicas e particulares. Os colégios particulares de Santa Catarina, segundo o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, (2010a), conseguiram a pontuação 6.3. Já os estaduais, que utilizam o sistema educacional da Secretaria de Educação do Estado, alcançaram a pontuação 4.2 (Santa Catarina, [2009]). A meta para 2009, proposta pelo Ideb, era de 6.1 para escolas particulares e 4.3 para as públicas estaduais.

Além das diferenças dentro do próprio Ideb, as escolas estaduais ainda apresentam deficiências em outros índices quando comparadas com a educação particular. No ensino fundamental, segundo o Inep (2010b), 21,8% dos alunos matriculados na rede estadual – um total de 145.292 estudantes – estavam atrasados em relação à idade recomendada pelo Ministério da Educação (MEC) para cursarem determinada série. O percentual é alto, se comparada com as escolas particulares, onde o percentual é de 3.1%.

Mesmo com estes pontos negativos, o Ideb dos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas estaduais é o segundo maior do país. Por definição, o Índice deveria auxiliar na visualização dos problemas educacionais catarinenses e de todos os estados brasileiros. De acordo com Cláudia da Costa (2010), há dois usos ideais para essa ferramenta: “detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência” e “monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino” (COSTA, 2010, p. 6). Porém, há críticas sobre a aplicação do Índice na educação brasileira, como aponta o pesquisador Rudá Ricci em entrevista ao jornalista Luiz Henrique Mendes ([2010]):

Qual é a idéia? Vamos melhorar de 4,7 para 6. O que está ocorrendo é

que nos estados que querem melhorar o ranking, as superintendências ou diretorias regionais de ensino ficam pressionando os diretores para melhorar de qualquer maneira o indicador. Ninguém pensa no aluno, ninguém pensa na família. A questão é melhorar o indicador. (RICCI, [2010])

Para evidenciar os problemas das escolas públicas estaduais catarinenses e as possíveis falhas na medição do Ideb, um instrumento possível de ser utilizado é a reportagem investigativa. Segundo Leandro Fortes (2007), esse tipo de produção jornalística se diferencia das demais pelas “circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior” (p. 35), já que ele “exige mais tempo e paciência para pesquisas, entrevistas, observação direta” (p. 15). Para Dirceu Lopes (2003), todo esse esforço deve:

[...] reconstituir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes, divulgar o que os poderes públicos querem ocultar, mostrar como funcionam esses organismos [...]. Tudo isso pode ser resumido em dois pontos fundamentais que regem o jornalismo investigativo e contribuem para o estabelecimento de conceitos: 1) a busca da verdade oculta; 2) juntar os cacos da realidade e estabelecer relações entre eles. (LOPES, 2003. p. 10)

Diante dessa perspectiva e com a ajuda dos métodos do jornalismo investigativo é que surge a proposta desse projeto: uma grande reportagem em texto contrapondo as notas divulgadas no Ideb e a situação real de cinco escolas públicas estaduais catarinenses de alto Índice.

2. Processo de produção

2.1 Apuração

Em agosto de 2011, pesquisamos uma série de assuntos para produzir uma grande reportagem em texto – dentre eles temas relacionados à área tecnológica, científica e da educação. Paralelo a esta pesquisa, foram consultados jornais e revistas, em âmbito regional e nacional, que tratavam dos assuntos selecionados, para que se identificasse de que forma a mídia lida com esses temas e as possíveis lacunas de informação.

A pauta que mais nos motivou foi sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que ranqueava Santa Catarina como o estado com a segunda melhor educação do país, no recorte das oitavas séries da rede de ensino estadual. Já possuíamos informações sobre o Índice e sobre os meios utilizados para que ele fosse calculado, devido ao contato com pessoas que fazem parte da educação, ainda que em âmbito municipal.

Quando analisamos os jornais regionais sobre o Índice, percebemos que as pautas não eram aprofundadas, e o assunto só aparecia em época de divulgação dos resultados do Ideb – não se questionava a verossimilhança do Índice; não se relacionava o resultado das escolas com a região em que ela está, ou com os alunos que ela atende. A suposta qualidade de educação que o estado tinha, o leitor não sabia como era (ou se, de fato, existia um ensino de qualidade). No caso das revistas nacionais, o assunto era tratado de forma mais ampla, até porque o tipo de publicação permite um espaço maior. As revistas geralmente discutiam a forma com que o Índice era exposto nas escolas, ou acompanhavam a rotina de escolas que tinham o pior resultado no Ideb.

O recorte escolhido pelas revistas para tratar sobre o Índice fez com que definíssemos o nosso recorte: iríamos mostrar a realidade das escolas com os melhores índices do estado, nas diferentes regiões de Santa Catarina, para desconstruirmos a imagem que os leitores tinham quando eram informados que o estado possuía a segunda melhor educação do país. Essas melhores escolas provavelmente teriam problemas, e o próprio Índice já indicava isso. No último resultado divulgado, em 2009, tais escolas de Santa Catarina, no recorte proposto, atingiram um Ideb 6, sendo que o número varia de 0 a 10.

Durante a disciplina *Técnica de Projeto em Comunicação*, consultamos as notas técnicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e criador do Índice, para entender de que forma ele é calculado, como e por que o MEC quis um indicador como este para o país, além de outros documentos sobre o Ideb. Já nesta época, foi consultado um documento da Secretaria de Estado da Educação que continha os índices de todas as escolas estaduais para, a partir dele, serem definidas as escolas com os melhores resultados, nas cinco regiões de Santa Catarina. As informações deram base para o projeto desenvolvido na disciplina e, em seguida, para as entrevistas que faríamos para o

produto final.

No dia 11 de novembro, antes que a disciplina fosse concluída, fizemos o primeiro contato com os diretores das escolas de Florianópolis, Curitiba, Lacerdópolis, Maracajá e Joinville, para explicar o projeto e confirmar a visita aos colégios no semestre seguinte. Em reunião com o orientador do trabalho, Luiz Alberto Scotto de Almeida, ficou definido que, na primeira semana de março, entregariamos uma pauta completa, com pré-apuração sobre as escolas, fontes a serem entrevistadas e a forma narrativa que guiaria o leitor durante a grande reportagem em texto.

Em fevereiro deste ano, desde a primeira semana do mês, ligamos novamente para os diretores, com o objetivo de marcarmos entrevistas iniciais por telefone. Aos diretores, perguntamos sobre o perfil das escolas – número de alunos, que bairros o colégio atende, quantos professores a escola tem e se há preparação para o Índice, em anos de avaliação. No caso da escola de Florianópolis, marcamos por telefone um horário para fazer a entrevista pessoalmente.

Já nesse contato, foram agendadas as datas para as visitas às escolas ao longo do semestre. Decidimos que faríamos as viagens com um intervalo de uma semana entre cada escola. O início da apuração nos colégios seria na segunda semana de março, no colégio militar de Florianópolis, e encerraria na primeira semana de maio, em Curitiba. A ordem dos municípios foi inicialmente aleatória, exceto pela escola da Capital, visitada por primeiro para o caso de precisarmos voltar, já que ainda estávamos no início do trabalho e algumas informações poderiam ser incluídas.

Nesta etapa, também, tivemos dificuldade com a diretora de Joinville, Daniela Azambuja. No ano anterior, o contato com ela foi um dos mais fáceis; prontamente ela se disponibilizou a nos receber, a mostrar o colégio e a dar entrevista. Porém, em fevereiro, dificilmente ela tinha tempo para nos atender e, quando o fazia, remarcava a entrevista para a pré-apuração. Ainda assim, no final do mês, tínhamos as informações necessárias para a pauta.

Com essas informações, pudemos escrevê-la e discuti-la com o orientador. Foi definido que o texto principal conteria quatro assuntos diferentes: o que é Ideb e o motivo de ser criado; preparação dos professores para a avaliação das escolas, em uma ponta, e preparação do Instituto criador do Índice, em outra; estrutura dos colégios e sua relação com o Ideb; diferenças entre as regiões visitadas e se isso influenciava no

resultado do Índice.

Também neste período de pauta, definimos que cada um escreveria duas “partes” da reportagem. As partes maiores (com quatro tópicos cada) ficariam com Claudia Mebs Nunes, e as menores (com dois e três tópicos) com Diego Cardoso, uma vez que ele também escreveria as retrancas. Para produzir as quatro “partes”, ambos visitamos as escolas e participamos das entrevistas por telefone. As visitas aos municípios duraram entre um e três dias, até que todas as pessoas envolvidas fossem entrevistadas. E como a apuração terminaria apenas em maio, a etapa foi paralela ao trabalho de escrita. A pré-apuração por telefone possibilitou que identificássemos qual escola se encaixaria melhor em cada “parte” do texto principal, e assim que visitávamos os locais, produzíamos o texto e as retrancas equivalentes.

Durante a apuração nas escolas, voltamos a ligar para os colégios que seriam visitados por último, não apenas para confirmar a visita (como fazíamos sempre), mas para saber se eles entrariam em greve e se precisaríamos adiantar nossa viagem – já que gostaríamos de entrevistar alunos e professores de matemática e português, disciplinas avaliadas pela Prova Brasil (avaliação que compõe o Ideb). A greve veio a acontecer entre os dias 17 de abril e nove de maio, mas não foi preciso adiantar as viagens programadas, pois nenhuma das escolas visitadas paralisou as atividades.

Logo após a visita ao primeiro colégio, em Florianópolis, foi marcada uma entrevista com a pesquisadora que guiou toda a reportagem, Roselane Fátima Campos, no dia 16 de março. A fonte foi definida após conversa com uma professora do Centro de Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com os jornalistas da Agência de Comunicação da UFSC. Além de pesquisadora sobre as reformas educacionais na América Latina, ela também participou de vários estudos dentro de colégios catarinenses e pode fazer uma análise crítica do Índice que trataríamos na reportagem.

De fontes oficiais, sabíamos que seria importante entrevistar profissionais do Ministério da Educação (MEC) e, principalmente, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Sabendo que o contato com os profissionais do MEC e da outra instituição seria mais demorado, uma vez que só poderia ser feito por telefone e dependeria da assessoria de imprensa das instituições, as ligações começaram a ser feitas desde a primeira semana de março, no caso do Inep.

Em princípio, começamos o contato com a assessoria de imprensa, mas desistimos após algumas ligações, devido à demora. Por isso, começamos a ligar diretamente para a secretaria do Instituto. No dia 13 de março, após contarmos todos os dias a secretária Lucélia da Costa Oliveira, conseguimos a entrevista por telefone com o diretor de estatísticas educacionais do Inep, Carlos Moreno Sampaio.

Essa foi a entrevista mais importante do Instituto. Mas também entrevistamos o coordenador de aplicação da Prova Brasil, Hélio Júnior Rocha Moraes, no dia 3 de abril, para termos informações sobre a logística da avaliação e o custo da sua aplicação para o país. O contato foi obtido através de uma conversa com o diretor de gestão e planejamento do Inep, Dênio Menezes da Silva. Outra entrevista foi com a coordenadora do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que nos informou sobre o futuro do Índice, após 2021, prazo para que todas as escolas do Brasil atinjam um resultado equivalente a de países desenvolvidos. Essa informação foi novamente checada com Sampaio, no dia 9 de maio, por *e-mail*.

Na sequência, entramos em contato com a Secretaria de Estado da Educação (SED), no dia 20 de abril, por telefone. A assessoria de imprensa encaminhou o pedido de entrevista para a assessora do diretor de Educação Básica, Isaac Ferreira. A entrevista com Isaac foi marcada no dia 2 de maio, no prédio da Secretaria. Quando chegamos lá, o diretor estava de saída e não se recordava da entrevista. Ainda assim, conseguimos entrevistar a assessora dele, Patrícia Simas, que acompanha todo o seu trabalho. O objetivo da conversa era confirmar as verbas que a SED encaminha às escolas e ter informações, do ponto de vista da Secretaria, de como era trabalhado o Índice com as gerências regionais e, conseqüentemente, com os professores da rede estadual de ensino.

Nessa visita, algumas perguntas foram respondidas por Sandro Medeiros, coordenador financeiro da SED, e por Leticia Passos da Silveira, responsável pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Conseguimos muitas informações sobre o fundo, além de extratos com os gastos de 2012 da SED – que serviram de material extra, pois não era diretamente referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Por fim, outra fonte oficial contatada para a reportagem foi o Ministério da Educação, já no final da reportagem. Tudo o que se referia ao Índice deveria ser

questionado ao Instituto, órgão do MEC responsável pelo indicador. Porém, com a produção da retranca “Políticas nacionais para educação incentivam a ciência e a tecnologia desde o ensino básico”, sugerida pelo orientador no mês de maio, começamos a ligar para a assessoria de imprensa do Ministério da Educação.

O primeiro contato foi realizado no dia 15 de maio, quando a assessora Maria Filha pediu que enviássemos um *e-mail* com a solicitação de entrevista. Já neste dia, a assessoria disse que não conseguiria agendar entrevistas com o Ministro da Educação, ou com qualquer funcionário do Ministério, pois os cargos estavam sendo substituídos. De dois em dois dias, ligávamos para Maria e pedíamos, sempre, uma entrevista com um funcionário, ainda que ela já houvesse dito que isso não seria possível. A resposta de algumas perguntas só foram respondidas no dia 25 de maio, por *e-mail*, com informações apuradas pela própria assessoria. Elas não auxiliaram em nada o trabalho, apenas no sentido de confirmar que o MEC também não sabia qual seria o futuro do Índice após 2021. A própria Maria Filha concordou que as respostas eram vagas, e ficou de entrar em contato com outro assessor para nos auxiliar em uma entrevista com o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Marco Antônio de Oliveira.

Quando ligamos, dois dias depois, para saber do encaminhamento, descobrimos que a assessora de imprensa estava de férias. Outra assessora, Adriane Cunha, informou que não conseguiria agendar a entrevista para nós e que deveríamos mandar as perguntas para ela, lembrando que as respostas deveriam ser creditadas à assessoria de imprensa do MEC – eles não respondiam em nome de nenhum profissional do Ministério. Quando perguntada sobre a forma com que eles conseguem as informações para os jornalistas, Adriane disse que a assessoria era sua própria fonte, e que eles não precisavam consultar ninguém. As perguntas foram encaminhadas e nunca respondidas.

Ainda houve o contato com mais um assessor do MEC, no dia 28 de maio. Ele estava com o secretário Marco Antônio de Oliveira em um Fórum Mundial sobre tecnologia na educação. Porém, novamente, não poderíamos fazer entrevista com o secretário, e o assessor acreditava que Oliveira não era a pessoa certa. Esse foi um problema que enfrentamos com a assessoria do MEC: ninguém era a pessoa certa para as nossas entrevistas e, por outro lado, não existia uma pessoa certa para nossas pautas.

Para finalizarmos essa retranca, foi marcada novamente uma entrevista com a

especialista Roselane Fátima Campos, no dia 21 de maio, a fim de que ela nos indicasse outro profissional da educação para falar sobre o direcionamento do ensino para a área das ciências e tecnologias. A partir dessa entrevista, entramos em contato com Adriano de Oliveira, diretor de uma escola municipal e que estava afastado para um doutorado. Sua pesquisa tratava justamente sobre as informações que precisávamos: recursos financeiros do governo para a política científica no Brasil. A entrevista foi marcada para o dia 6 de junho, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Além das cinco escolas visitadas, que tiveram os melhores resultados por região, visitamos uma escola estadual de Florianópolis que teve um dos piores desempenhos no Índice. A escolha por essa escola se deu pela localização, pois existem sete escolas com Índices piores, em Santa Catarina. Por ser perto, os gastos com deslocamento seriam menores – uma vez que essa apuração não estava nos planos do trabalho.

A iniciativa por retratar uma escola “oposta” às visitadas até então foi porque sentíamos que a reportagem só ficaria completa com a exposição desta realidade – fato também alertado pelo orientador. Se as escolas com alto Ideb são de um certo jeito, como seriam as escolas com baixo Índice? A retranca, que teve o maior destaque dentre todas as outras, também ajudou para explicar como funciona a destinação de verbas para as escolas que não atingem a meta. A visita foi realizada no dia 14 de maio.

Diferente das outras escolas visitadas, a Presidente Roosevelt não tinha atingido um índice acima da meta e isso influenciou no modo com que a diretora nos atendeu. Ela questionou o porquê de estarmos interessados no assunto e não quis nos dizer o valor exato do repasse enviado pelo governo federal, para melhorias no colégio por conta do baixo Ideb. Ainda assim, conseguimos visitar as instalações da escola e conversar com duas alunas que fizeram a Prova Brasil – atitude que não foi aprovada pela diretora.

Com exceção do colégio militar de Florianópolis, todas as visitas aos colégios foram feitas depois da entrevista com a pesquisadora Roselane Fátima Campos. Consideramos que essa ordem foi essencial para que visualizássemos na prática os apontamentos que a pesquisadora relatou, fundamentou e/ou criticou durante a entrevista, relacionados ao “amarrado” de políticas públicas para que todos os colégios participem do Ideb, além da responsabilização de professores e do contexto das escolas.

2.2 Texto

A grande reportagem em texto foi pensada para ser um encarte de jornal diário. Durante o final do ano passado, em 2011, até a entrega deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), vimos duas publicações diárias neste modelo: um encarte especial sobre educação, produzido pelo jornal Notícias do Dia, e uma reportagem especial sobre as escolas da Capital, no Diário Catarinense. Os exemplos nos mostraram que é possível existir uma publicação desse tipo, ainda que o texto deste TCC tenha mais fôlego. Gostaríamos de ter diagramado as páginas em um formato tablete, porém as gráficas expressas não possuem essa opção, e transformar uma folha de outro tamanho nessas dimensões tornaria o trabalho muito caro. Por isso, o imprimimos em A4.

Como mencionado anteriormente, o texto da reportagem foi produzido em paralelo às apurações, já que o período de visita às escolas era extenso – desde março até maio. Nem todas as informações coletadas foram utilizadas para a reportagem, pois desviaria o enfoque da pauta – caso das informações sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Durante a produção textual, outra preocupação, alertada pelo orientador, foi a de se manter o ritmo da reportagem. Principalmente após a entrega da primeira parte do texto, Luiz Scotto indicou que a produção estava pouco explicativa, “rápida” demais e que precisaríamos transformar o texto em uma narrativa típica de uma reportagem.

A partir da segunda versão, adequamos o texto ao resultado apresentado para a banca de Trabalho de Conclusão de Curso. Algumas partes mais leves foram cortadas, porque estavam muito extensas e, novamente, desviavam o enfoque da matéria, que é sobre o Índice e a maneira com que as escolas estão trabalhando essa avaliação. Outras partes foram “amolecidas”, porque tinham muita informação e pouca descrição do ambiente ou de situações que faziam parte do assunto.

3. Avaliação

Dentre todos os meios de comunicação, o impresso sempre nos interessou mais. A grade curricular do Curso de Jornalismo da UFSC contribui para essa “inclinação”, uma vez que as disciplinas de redação nos acompanham ao longo dos quatro anos de graduação, diferente do que acontece com o meio televisivo e radiofônico. Porém, mesmo em um curso de Jornalismo com base prática, a produção de reportagens em

profundidade não ocorre em muitos momentos, até porque o tempo de uma disciplina é limitado. Nos quatro anos de graduação, tivemos essa experiência em *Técnica de Reportagem e Redação VI*. Trabalhar com esse tipo de texto, mais longo e de apuração extensa, ajuda a aperfeiçoar nossa escrita e prática de repórter.

Nesse tipo de atividade, é possível aprender, por exemplo, que a relação com assessorias de fontes oficiais nem sempre é fácil e jornalisticamente rentável para a reportagem. No contato com todos os departamentos de comunicação de órgãos públicos (seja no Inep, no MEC ou na Secretaria de Estado da Educação), não obtivemos retorno rápido – quando tivemos retorno. Em alguns casos, as respostas foram secas e insuficientes para a apuração. Um setor de comunicação deveria, por definição, munir jornalistas de informações, na velocidade que a profissão exige. Lógico que, em órgãos federais, a demanda diária tende a ser enorme. Porém, uma simples resposta e uma previsão de datas para obter as informações não são atos tão desgastantes.

Também não é desgastante trabalhar em grupo numa reportagem em texto. Por diversas vezes, fomos questionados a respeito da divisão do texto, dos riscos que corríamos em tornar a narrativa pouco uniforme. Neste projeto, que exigiu contatos com órgãos federais e viagens para locais distantes, a divisão dos trabalhos e a cooperação mútua foram essenciais para dar consistência ao produto. Afinal, um texto editado por duas pessoas tende a ter menos erros e problemas na narrativa.

Durante a produção da reportagem, também pudemos ver na prática a vantagem de ir até a fonte para apurar e fazer a entrevista. A possibilidade de usar imagens e descrições no texto é maior, principalmente em locais distantes e pouco conhecidos no estado, como Lacerdópolis e Maracajá. Nas entrevistas por telefone, esses detalhes não são percebidos com tanta facilidade – o foco está na informação, por razões óbvias.

Com este trabalho, esperamos incentivar o debate sobre as políticas para o ensino básico dentro de Santa Catarina. No decorrer da reportagem, pudemos aprender muito sobre educação e a prática da reportagem – mais do que em algumas disciplinas, dada a falta de pulso e preocupação de alguns professores. Esperamos que esses conhecimentos possam nos ajudar na nossa prática profissional, por mais que o mercado – saturado e, de certa forma, ingrato com os jornalistas – nem sempre tenha espaço para textos e apurações de longo curso. Independente do tamanho do texto, o rigor e a

atenção com a informação devem ser os mesmos.

4. Referências Bibliográficas

Livros

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2007.

Artigos em livros

LOPES, Dirceu Fernandes. Caminhos do Jornalismo Investigativo em busca da verdade oculta. In: LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

Artigos disponíveis na *web*

COSTA, Cláudia . **O IDEB como indicador da qualidade da educação brasileira**: o caso da região Sudeste. e-xacta Revista Científica do Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia do Uni-BH. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/dcet/viewarticle.php?id=94>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Santa Catarina em destaque**: Indicadores Educacionais. Florianópolis: [2009?]. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/doc_download/1194-indicadores-Ideb-sc>. Acesso em 17 jun. 2012.

RICCI, Rudá. **País vai ser quinta potência e não formamos líderes, diz Rudá Ricci**: Para especialista, Ideb não toca em pontos essenciais da formação do aluno. [2010?]. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-critica-ao-Ideb>>. Acesso em: 17 jun. 2012. Entrevista concedida a Luiz Henrique Mendes.

Bancos de dados disponíveis na *web*:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxa de Aprovação, Prova Brasil, IDEB e Projeções (até a 4ª, 5ª a 8ª série e Ensino Médio):** Regiões Geográficas e Unidades da Federação.

Brasília: 2010a. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_Ideb/planilhas_para_download/divulgacao_uf_regiao_18082011.xls>. Acesso em: 17 jun. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxas de distorção idade-série:** Brasil, regiões e UFs.

Brasília: 2010b. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/2011/indicadores_educacionais/taxa_rendimento/2010/tx_rendimento_brasil_regioes_UFs_2010.zip>. Acesso em: 17 jun. 2012.